



## **NA MIRA DA CENSURA: MOVIMENTO ESTUDANTIL ONTEM E HOJE CERCEADO PELO DISCURSO OFICIAL**

Mário Jorge Pereira da Mata

O debate em torno do atual momento político no Brasil, tanto dentro do ambiente acadêmico quanto fora dele, é caloroso; com certeza continuará sendo em décadas posteriores. São conjecturas complexas que promovem um frenesi em meio àqueles que se ocupam do conhecimento social. Uma marca dessa complexidade é compreender como dentro de um regime democrático e em tão pouco tempo um governo cuja legitimidade é questionável recupera tantos sentidos e ações que nos remetem ao período da ditadura militar? Sentidos esses veiculados oficialmente e pela imprensa que tentam legitimar as práticas de cerceamento do direitos de estudantes, de jornalistas e de manifestantes, como outrora era feito. Neste trabalho, ancorado nos conceitos da Análise do Discurso pecheuxiana analisaremos um conjunto de enunciados contrários ao movimento estudantil cujo sentido é acionado por uma memória recente, correspondente ao período de exceção.

Para tanto, reunimos reportagens veiculadas na imprensa escrita e televisiva sobre as últimas ocupações de estudantes que tiveram início no estado do Paraná e que se multiplicaram por quase todo país; comparando-as a sentidos encontrados nas interpretações extraídas de duas pesquisas: a dissertação de mestrado da Andréia Zaparte cujo título é A DOPS e a repressão ao movimento estudantil em Curitiba- Paraná (1964-19689) e uma passagem do artigo Repressão e luta: o movimento estudantil durante os anos de chumbo e utopia de autoria de Bruno Geraldo Guimarães Gonçalves. Os dois trabalhos são compostos por leituras de materiais/documentos/depoimentos sobre a ditadura militar; já as recentes reportagens sobre as ocupações foram motivadas pela implementação da PEC (Proposta de emenda à constituição) que limita gastos públicos incluindo a educação e pela reforma do ensino médio.

Assim, lançando mão da memória, parte da imprensa e, principalmente, representantes/gestores do governo federal e políticos de outras esferas ao se referirem às ocupações estudantis do final do ano de 2016, deixaram em seus discursos traços e indícios do período de ditadura militar brasileira. Daí a importância de compreendermos como a produção de memórias da ditadura militar brasileira materializadas na língua se reproduz na contemporaneidade, uma vez que na constituição dessas memórias/discursos se encontram ideologias que legitimam ações violentas e coercitivas contra os movimentos sociais.

A questão da memória está presente em variados campos das ciências. A respeito, por exemplo, do livro Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos, de Ecléa Bosi (2009), considerado como obra-prima da psicologia social e das ciências humanas. Hugo Archugar (2006), enveredando-se pela crítica literária e social, propõe um debate em torno do estatuto da memória, no qual é apreciado a memória oficial, a memória a partir do poder, a memória coletiva, assim como a memória a partir dos oprimidos.



Para nós, analistas de discursos, a memória aparece na própria constituição histórica dos discursos e tem papel fundamental na produção de sentidos. Ainda assim, outros campos a observam na sua relação com a língua/linguagem, na maneira como se entrecruzam, nas possíveis formas de que uma pode interferir na constituição da outra.

Pêcheux (2014) concebe que a memória tem suas características quando pensada em relação ao discurso, pois ele compreende que o interdiscurso é aquilo que se fala antes, em outro lugar, independentemente, uma vez que a memória discursiva é o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, do já-dito, o que está na base do dizível, já que há uma relação entre o já-dito e o que se está dizendo. Em síntese: o interdiscurso é tudo o que se falou antes, em outro lugar, independentemente da consciência do sujeito enunciador, o já-dito e esquecido pela memória, mas que determina os aparentes novos dizeres.

Estabelecido por retomadas, em que palavras, enunciados ou noções se repetem num trajeto de leitura, o interdiscurso se configura numa rede de sentidos que conjuga discursos e define formações discursivas. Tomando essas formações como aquilo que pode e deve ser dito por um sujeito em uma posição discursiva em um momento dado em uma conjuntura dada (Pêcheux 2014; Foucault, 2014). O enunciado, no caso, é historicamente atestado e produz sentidos na relação que estabelece com outros enunciados nesse trajeto de leitura em torno de um mesmo tema. Tem-se, então, os sentidos sendo produzidos nessa rede de memória.

## **CENSURA: REPREENSÃO E ATAQUE AO MOVIMENTO ESTUDANTIL**

Descrever as condições de produção para uma compreensão mais adequada do fenômeno discursivo é imprescindível, principalmente, quando a materialidade linguística em questão tem forte apelo histórico. Para se estabelecer a análise proposta no início deste trabalho um pouco de história é necessário até para se compreender o atual contexto/condições de produção na quais estes novos discursos estão inseridos. Entendemos que as condições de produção condicionam um conjunto de processos da vida social, e a língua como fato social e histórico está irremediavelmente influenciada por essas condições e pelos contextos que permitem que o discurso tenha sentido (Orlandi, 2012, p. 73).

No que tange até os primeiros anos da década de 1960, a censura pública encontrava-se sob a responsabilidade das unidades federativas e participava do cotidiano dos núcleos teatrais bem como das atividades sindicais e políticas do país. Com o golpe militar, no entanto, a atividade censória passou por um processo de ressignificação da prática preexistente que não só consolidou a centralização do órgão na capital federal como também assumiu a censura política. Ao papel de mantenedora dos valores morais e dos princípios éticos, assimilou-se a preocupação com a manutenção da ordem política e da segurança nacional (Gáspari, 2002).

Numa época em que os partidos políticos de esquerda estavam proscritos, os sindicatos estavam sofrendo uma forte intervenção estatal e os movimentos sociais eram vigiados e controlados



pelos órgãos de repressão, foram os estudantes que mais se destacaram na luta contra a ditadura. O movimento estudantil funcionou, de certa forma, como um porta-voz da sociedade contra o regime militar.

Mesmo com o aumento de atos repressivos, percebeu-se um acréscimo significativo de manifestações idealizadas por estudantes por todo o país, com o intuito de lutar contra a repressão imposta à sociedade e a favor de suas utopias. Várias dessas mobilizações entraram para história brasileira, como a passeata dos Cem Mil ocorrida no ano de 1968 e o 30º Congresso Nacional da UNE (União Nacional dos Estudantes) em Ibiúna, manifestações nas quais, estudantes e militares entraram em choque, por um único motivo, de um lado um grupo em defesa da chamada "ordem nacional" e do outro um grupo de jovens politizados lutando pela liberdade. (Ridenti, 1993).

Atualmente, convivemos com outros gestos repressivos. A tentativa de desqualificar e minimizar a ocupação nacional dos estudantes descrita na introdução deste trabalho está inserida em um bojo de ações harmonizadas que fragiliza a democracia brasileira. Reformas, e decretos que se impuserem, sem diálogo e quase que simultâneos, a saber: lei que permite terceirização de todas as atividades das empresas; reforma da previdência com aumento irreal de tempo de contribuição; diminuição de dinheiro para as farmácias populares; encerramento do programa ciências sem fronteiras; restrições orçamentárias para as atividades de pesquisa. Todas essas medidas possuem a justificativa como em 1964 de salvar um país que está à beira de um colapso econômico. Ainda assim, medidas coercitivas foram instituídas como a tentativa de corte de ponto de servidores públicos em greve e prisão de manifestantes estudantis contrários à reforma do ensino médio. Tais ações obtiveram o apoio ou conivência dos poderes legislativo e judiciário o que ratificou ainda mais a sensação de sufocamento dos anseios das manifestações populares geradas pelo comportamento arbitrário do poder executivo.

Outra relação conflituosa que compõe o cenário do Brasil atual é a da imprensa com os três poderes. Considerado por muitos o 4º poder, a mídia acumula na mesma proporção acusações de conspiração e apoio às últimas manobras políticas que culminaram no processo de impeachment de Dilma Russef; assim como lamentações ao sinalizar o tolhimento do direito de liberdade de expressão da imprensa. Contudo o tom de ameaça ao livre exercício da profissão não parece uma ação isolada. Manchetes como Temer diz que não é censor da mídia; Temer afirma que não é inimigo nem censor da imprensa e os episódios de clara perseguição a jornalistas promovidos por juízes do Paraná após publicação de matéria que divulgou seus vencimentos. Ademais a determinação do juiz federal Sergio Moro a condução coercitiva do blogueiro Eduardo Guimarães na investigação que apura vazamentos da ação da Polícia Federal contra o ex-presidente Lula, em março de 2016, gerou apreensão uma vez que é ponto pacífico a importância da atividade jornalística para uma sociedade democrática.

Após breve descrição dos dois momentos nos quais os discursos analisados estão inseridos. Agora aproximaremos os sentidos que visaram e que visam tolher o direito de reivindicação estudantil ou que procuravam e que procuram desqualificar o movimento além de minimizar sua relevância para



sociedade. Destacamos em negrito os trechos analisados. Iniciamos com o fragmento do artigo de Bruno Gonçalves, relacionando-o à matéria da UOL/Folha de São Paulo.

1a - No ano mais duro do regime militar 1968, a UnB novamente foi alvo dos militares, dessa vez, os alunos da instituição foram para as ruas protestar contra o regime, protestos esses que estavam ocorrendo por todas as grandes cidades do país, assim, o corpo discente da UnB pretendia mostrar à sociedade o que aconteceu na UnB, desta forma o reitor Caio Benjamin Dias pediu a realização de uma intervenção policial para defender o patrimônio da universidade, alegando que não conseguia controlar os estudantes. Disponível em [www.unb.br/unb/historia/resumo.php](http://www.unb.br/unb/historia/resumo.php) - Texto referente à história da Universidade de Brasília (UnB). (p.7)

1b - PM isola alunos que ocupam escola onde votam os candidatos à Prefeitura de BH. UOL/Folha de São Paulo (30/10/16) <http://aovivo.folha.uol.com.br/2016/10/31/5100-aovivo.shtml?tags=#post350081>

A partri de uma arquitetura discursiva, percebemos uma mesma ideologia atribuindo sentido negativo ao movimento estudantil uma vez que a polícia foi chamada para intervir contra os estudantes incontrolláveis e que ameaçam o ordem e patrimônio públicos. Os estudantes em ambos textos, inclusive nas fotografias que compõem a reportagem, são tomados como uma ameaça que precisam ser ora combatidos, ora isolados. Sentidos foram recuperados por meio um interdiscurso, caracterizando uma formação discursiva repressiva .

Temos agora, uma formação discursiva de desqualificação do movimento estudantil identificada a partir da interpretação de Andreia Zaparte em sua dissertação sobre a atuação da DOPS, retomada na fala do governador do Paraná Beto Richa no período das eleições em 2016.

2a - Os estudantes e o movimento estudantil estiveram entre os alvos da atuação do DOPS (Delegacia de Ordem Política e Social). O estudantes, geralmente, eram acusados de comunistas. Aos olhos do DOPS, ser comunista equivalia a ser subversivo, baderneiro, contra “ordem” estabelecida. (p.41)

2b - 'Está na hora de parar com essa brincadeira', diz Richa sobre escolas ocupadas no Paraná. UOL/Folha de São Paulo (30/10/16) <http://www1.folha.uol.com.br/poder/eleicoes-2016/2016/10/1827808-esta-na-hora-de-parar-com-essa-brincadeira-diz-richa-sobre-escolas-ocupadas-no-parana.shtml>

Beto Richa é um sujeito discursivo e ocupa um lugar social e dele enuncia dando sentido a suas palavras. Para Pêcheux (2014), não se concebe discurso sem sujeito assim como não se concebe sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido. Beto Richa e a DOPS são sujeitos discursivos e ocupam lugares sociais e deles enunciam dando sentido a suas palavras. O governador do Paraná revela, assim, através de uma pretensa autoridade e prepotência um misto de deboche e desrespeito ao movimento estudantil, desqualificação também atribuída aos estudantes pela DOPS no período de ditadura militar.

Outra característica negativa ainda mais recorrente nas formações discursivas relacionadas ao movimento estudantil é o preconceito. Distorções, generalizações se tornaram comuns nos discursos daqueles que desejam desqualificar mobilizações de estudantes, incorporando ao seu discurso o



moralismo, o mesmo ressaltado nos anos 60 e 70 quando o governo ditatorial outorgava-se a guarda da moral e dos bons costumes. Isso fica claro nos documentos lidos pela Zaparte assim como na fala do deputado José Medeiros recentemente.

3a – Analisando os documentos produzidos pela polícia política brasileira em relação ao movimento estudantil, percebemos, em grande medida, que estes já demonstram sua a sua visão preconceituosa e, muitas vezes deturpadas, sobre os estudantes no próprio campo do documento destinado ao assunto. (p. 67)

3b - Estudantes estão em ocupações para fumar maconha, diz senador José Medeiros ...  
<https://educacao.uol.com.br/noticias/2016/10/31/estudantes-estao-em-ocupacoes-para-fumar-maconha-diz-senador-jose-medeiros.htm?cmpid>

Mais uma vez a memória discursiva foi acionada. O preconceito, o discurso irresponsável e imediatista apoiados, muitas vezes, no moralismo acompanham o movimento estudantil em sua trajetória. Sentidos deturpados são retomados a fim de construir uma representação depreciada dos estudantes perante à sociedade.

A nocividade da mobilização estudantil, tanto ontem como hoje, é um traço dos discursos oficiais, muitas vezes, legitimado pela mídia. Não podemos esquecer, todavia, que esta se encontra também ancorado em ideologias cujos sentidos estão numa memória discursiva. É uma espécie de retroalimentação de um discurso que pode levar a uma perigosa homogeneização de um olhar pejorativo da sociedade para os estudantes.

4a – Outra questão verificada novamente nos documentos produzidos pela polícia é que esta procurava formar uma imagem negativa dos estudantes, afirmando que eles mesmos procuravam se tornar vítimas da ditadura, com a intenção de comover a população, para, a partir de então, organizara luta. (p.95)

4b – “Lamento profundamente que esse grupo pequeno de estudantes muitas vezes manipulados por outros tipos de interesses possam prejudicar essa grande maioria...” Maria Inês Fini in reportagem a Rede Globo.

Maria Inês Fini, presidente do Inep na sua fala a cima produz um discurso cujo sentido deprecia os estudantes. Colocando a prova a autonomia estudantil, a capacidade de organização e mais uma vez o movimento como entrave para manutenção da ordem pública.

## **CENSURA E HOMOGENEIZAÇÃO DE SENTIDOS**

Tecemos este texto também com a finalidade de quebrar o que preconiza Achugar (2006) quando ele se refere à cultura e à literatura: que não se compreende o momento que se vive e nem o que se está produzindo. Conceitos e concepções são invertidos, subvertidos ou questionados. Entretanto, propor ou discordar de um discurso homogeneizado, por exemplo, desemboca, por vezes, em algum tipo de censura, direta ou velada. O fenômeno descrito pelo o autor também é refletido pelas ideologias remanescentes. Estas são materializados na língua e nas relações de poder. Posicionamentos ideológicos de um período triste de nossa história são naturalizados por discursos





produzidos por gestores ligadas ao governo. O discurso oficial nutre e é amparado por uma onda conservadora na qual os movimentos sociais são marginalizados. Numa síntese argumentativa: estudantes são baderneiros; sindicalistas, vagabundos; minorias, vivem do vitimismo. Reproduzidos na/pela sociedade, sentidos são recuperados e produzidos nos remetendo ao período de ditadura brasileira, promovendo a circulação de ideologias cujo ódio, intolerância são marcas constantes materializadas em discursos constituídos de deturpações, generalizações e preconceito.

## REFERÊNCIAS

- ACHUGAR, H. Planetas sem boca: escritos efêmeros sobre arte, cultura e literatura. Belo Horizonte: UFMG, 2006.
- BOSI, E. Memória e Sociedade: lembrança de velhos. São Paulo: Companhia das letras, 1994.
- FOUCAULT, M. A ordem do discurso: aula inaugural no College de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- GASPARI, E. A ditadura escancarada. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- RIDENTE, M. O fantasma da revolução brasileira. São Paulo: Edunesp, 1993.
- ORLANDI, E. P. Análise do discurso: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2012.
- PÊCHEUX, M. Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Unicamp, 2014.